



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Secretaria
de Cultura



GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco
JUNTOS, FAZEMOS MAIS.

Fundação
Joaquim
Nabuco

UPE
UNIVERSIDADE
DE PERNAMBUCO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO
NORDESTE**

Flávia Klausing Gervásio

**Casa do Iphan em São Cristóvão, Sergipe:
Apontamentos para atuação com o patrimônio cultural do
Município**

Recife
2017

Flávia Klausing Gervásio

Casa do Iphan em São Cristóvão, Sergipe:
Apontamentos para atuação com o patrimônio cultural do Município

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com o Ministério da Cultura, a Fundação Joaquim Nabuco, a Universidade de Pernambuco e a Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco, como requisito para obtenção do Certificado do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural.

Orientador: Prof. Sérgio Coelho Borges Farias

Recife
2017

Flávia Klausling Gervásio

Casa do Iphan em São Cristóvão, Sergipe:
Apontamentos para atuação com o patrimônio cultural do Município

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do Certificado do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural.

Aprovado em 16 de dezembro de 2016. (data de apresentação).

Para Eduardo

GERVÁSIO, Flávia Klausling. Casa do Iphan em São Cristóvão, Sergipe: Apontamentos para atuação com o patrimônio cultural do Município. (23) p. il. 2017. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

São Cristóvão é um município do estado de Sergipe que, fundado em 1590, possui um diversificado patrimônio cultural, tendo seu conjunto urbano tombado pelo Iphan em 1967, e a Praça São Francisco reconhecida como Patrimônio Mundial em 2010. Neste mesmo ano, começou a operar a Casa do Iphan em São Cristóvão/SE, com o objetivo de criar um espaço de interlocução e diálogo com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas. O objetivo deste estudo é, a partir dos novos pressupostos das políticas públicas de patrimônio cultural existentes no Brasil e considerando a especificidade de São Cristóvão, criar um esboço de um plano de gestão para o Iphan no município, pensando ações de pesquisa, documentação, formação e difusão do patrimônio e da cultura local.

Palavras-chave: Gestão - Patrimônio Cultural – Iphan - Sergipe - São Cristóvão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	
2	AS CASAS DE PATRIMÔNIO DO IPHAN: ELEMENTOS NORTEADORES	
3	O IPHAN EM SÃO CRISTOVÃO, SERGIPE	
4	EIXOS DE AÇÃO DO IPHAN EM SÃO CRISTOVAO	
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	
6	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

A política de patrimônio implementada pelo Estado brasileiro tem como marco inicial a criação do Serviço Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN) em 1937, na época do governo estado novista de Getúlio Vargas. Nestes oitenta anos de atuação, o órgão hoje denominado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) passou da busca de uma identidade nacional ao reconhecimento da diversidade do patrimônio e à afirmação do seu caráter processual. Foi, portanto, em um contexto de ampliação do conceito de patrimônio cultural e de busca de uma atuação mais participativa com a sociedade que foi desenvolvido o projeto *Casa de Patrimônio* em 2009, com o qual o Iphan objetiva criar espaços de interlocução com a comunidade.

Este estudo parte da concepção de Casa do Patrimônio do Iphan e sugere a sua aplicação no município de São Cristóvão, em Sergipe, diante das especificidades do trabalho neste local. A ideia é pensar um projeto de atuação sistemático a partir da formação de uma rede de instituições locais, tendo como ponto central a preservação e valorização do patrimônio cultural do município.

2 AS CASAS DE PATRIMÔNIO DO IPHAN: ELEMENTOS NORTEADORES

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é uma autarquia ligada ao Ministério da Cultura que teve sua origem em 1937 e, desde então, responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo ao órgão “proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras”¹.

Ao longo destes oitenta anos de atuação, a noção de Patrimônio Cultural passou por transformações: de um padrão baseado em valores técnicos - históricos e arquitetônicos -, e tendo como único instrumento de preservação o tombamento, o órgão passou hoje a utilizar como critério para o reconhecimento de um bem cultural os valores dos diversos grupos da sociedade e ampliou sobremaneira seus instrumentos, apresentando além do tombamento, o cadastro de sítios arqueológicos, a chancela da Paisagem e o registro de Patrimônio Imaterial. Sobre esta mudança nos fala Maria Cecília Fonseca:

¹ O Iphan. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>.

Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história oficial, em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral.²

O marco legal desta mudança de atuação do Instituto se inscreve nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que reconhece como patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”³.

Dentro desta nova perspectiva e tendo como premissas a necessidade de pensar a gestão dos bens culturais e a importância da mobilização e protagonismo da população, começou a ser pensado um novo tipo de espaço dentro do Iphan: a Casa do Patrimônio. Ressalta-se que, em 2009, o antigo Departamento de Museus do Iphan (DEMU) que congregava os museus federais, ganhou autonomia com a criação do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus). Com esta mudança, o Instituto perde um importante canal de articulação junto à população e precisa se reinventar para colocar em prática uma postura menos autoritária. Nota-se de antemão, que faltam ainda instrumentos para uma interlocução mais efetiva com a população, uma vez que, apesar das novas legislações, o órgão e sua estrutura permanecem com dificuldades para efetivar esta nova perspectiva.

O conceito das Casas de Patrimônio do Iphan centra-se na necessidade de fortalecimento da articulação institucional através da criação de redes em torno da preservação do patrimônio e na promoção de ações educativas, com o objetivo de “fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social nos processos das políticas de preservação”⁴.

É clara, portanto, a primazia dada à educação patrimonial neste projeto, porém, podemos afirmar que, ao longo dos 80 anos de órgão, esta preocupação com as práticas educativas esteve presente em diversos modos. A princípio, durante a longa gestão de Rodrigo

² FONSECA, Maria Cecília. Referências Culturais: bases para novas políticas de patrimônio. Revista Políticas Sociais, p. 112. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf

³ Constituição Federal Brasileira. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siX11QMnIPZ8/content/constituicao-federal/10937

⁴ Casas de Patrimônio. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>

Melo e Franco de Andrade entre os anos de 1937 e 1967⁵, as iniciativas de cunho educativo se restringiam à criação de museus para divulgar os bens do país e na publicação de revistas e livros técnicos⁶.

Um conceito mais abrangente do patrimônio cultural, a partir da noção de referência cultural, foi colocado em prática a princípio em um órgão fora do Iphan, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975 a partir de um convênio com a Secretaria da Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio⁷. Idealizado por Aloisio Magalhães⁸, o CNRC propunha a realização de um sistema de coleta, processamento e divulgação de informações referentes à cultura brasileira tendo como base os próprios detentores, ou seja, os sujeitos envolvidos na dinâmica da produção, da circulação e do consumo de bens culturais:

“Embora não tenha atuado diretamente com projetos na área de educação, as diretrizes teóricas e conceituais defendidas e o modus operandi adotado pelo CNRC favoreceram a instauração de parâmetros renovados para uma **interlocução mais abrangente entre processos educacionais e preservação patrimonial**. Ao longo dos seus cinco anos de existência (...), os projetos-pilotos desenvolvidos ou encampados pelo CNRC foram orientados a partir de uma **postura interdisciplinar**, envolvendo linhas programáticas de pesquisa (distribuídas em quatro grandes categorias: Artesanato, Levantamentos Socioculturais, História da Tecnologia e das Ciências no Brasil, Levantamentos de Documentação sobre o Brasil) e uma **metodologia de descrição e análise baseada em levantamentos e mapeamentos**, ancorada na noção de “referência cultural”⁹.

O CNRC foi mais tarde incorporado à Fundação Nacional Pró-Memória, órgão executivo vinculado ao Iphan no contexto de 1979. E em 2001, a noção de referência cultural foi também a chave para a formulação da Política Nacional de Patrimônio Imaterial do Iphan, entendida como as “representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, às crenças, hábitos, etc”¹⁰. Esta noção subverte a noção de que o valor do patrimônio seria intrínseco aos bens culturais e aferido por profissionais qualificados, colocando em questão a dinâmica de atribuição de sentidos e valores, que variam entre grupos.

Na década de 1980, ganha destaque o Projeto Interação, desenvolvido por meio de um convênio entre órgãos como EMBRAFILME, FUNARTE, Instituto Nacional de Artes

⁵ Conhecida como Fase Heroica do Instituto.

⁶ IPHAN. Educação Patrimonial: História, conceitos e processos. P. 6

⁷ IPHAN. Educação Patrimonial: História, conceitos e processos. P. 7

⁸ Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães (Recife, 1927 – Pádua, 1982) foi pintor, designer, gravador, cenógrafo, figurinista. In: IPHAN. Educação Patrimonial: História, conceitos e processos, p. 8.

⁹ IPHAN. Educação Patrimonial: História, conceitos e processos, p. 8.

¹⁰ FONSECA, Maria Cecília. Referências Culturais: bases para novas políticas de patrimônio. Revista Políticas Sociais, p. 113.

Cênicas – INACEN, Instituto Nacional do Livro – INL e a Fundação Nacional Pró-Memória, com o objetivo de defender uma maior participação da comunidade nos processos educacionais e elaborar alternativas pedagógicas e novos conteúdos no intuito de fortalecer as referências culturais.

Desde a década de 1980, portanto, nota-se uma crescente preocupação do Iphan por uma atuação na área educacional. Em 1983, é realizado o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, no Museu Imperial de Petrópolis-RJ. Em 1996, é lançado o “Guia Básico de Educação Patrimonial”, de autoria de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, que sistematizou os fundamentos conceituais e práticos da área e frisou o caráter processual das práticas educativas e a necessidade da instalação de um processo permanente e sistemático¹¹.

Em 2004, o Iphan criou a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC), uma unidade administrativa responsável por discutir diretrizes teóricas e conceituais na área de Educação Patrimonial e também por estimular o fomento à criação de redes de intercâmbio de experiências e parcerias com diversos segmentos da sociedade civil. Vinculado desde 2009 ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF), este setor dedica-se a promoção, coordenação, integração e avaliação da implementação de programas e projetos de Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural. Dentre os eventos realizados pelo setor, destaca-se a realização em 2005 do 1º Encontro Nacional de Educação Patrimonial em São Cristóvão, Sergipe, onde se buscou discutir e propor parâmetros nacionais para ações de Educação Patrimonial.

Após a criação do CEDUC, foi construído um dos instrumentos de base para o Projeto de Casas de Patrimônio: a Carta de Nova Olinda, redigida em dezembro de 2009, durante o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio¹². Neste documento, objetivava-se “avaliar a atuação das primeiras Casas do Patrimônio, e elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, como também propor ao IPHAN a criação de instrumentos legais e administrativos que garantam a sustentabilidade da proposta”.¹³

Na Carta de Nova Olinda estão reunidos os princípios norteadores das Casas de Patrimônio, que congrega conceitos atualizados das áreas de Patrimônio Cultural, Educação e

¹¹ IPHAN. Educação Patrimonial: História, conceitos e processos. P. 13

¹² http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf

¹³ http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf

da Museologia Social, para frisar a necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan, a sociedade e os poderes públicos locais, buscando assim uma construção coletiva e um novo protagonismo entre instituições governamentais e não-governamentais.¹⁴ Partindo dos princípios acima mencionados, as Casas de Patrimônio têm como objetivo geral a preservação do Patrimônio Cultural através de ações como a difusão de conhecimento e saberes, a promoção de ações educativas, a articulação do patrimônio com o meio ambiente e o turismo, a criação de acervos, a promoção de oficinas, o fomento a atuação em redes e o estímulo a participação da população nos processos patrimoniais.¹⁵

É dentro desta perspectiva participativa e de cunho educacional que a equipe do Iphan em São Cristóvão pretende atuar. Nesse sentido, é de fundamental importância a elaboração de um projeto de atuação sistemática, a ser proposto neste artigo.

3 O Iphan em São Cristóvão, Sergipe

São Cristóvão é um município localizado a 25 km da capital de Sergipe, Aracaju. Situada às margens do Rio Paramopama e apresentando um relevo acidentado, a cidade de 80.000 habitantes reúne um conjunto de elementos de arquitetura colonial reconhecido como patrimônio nacional e mundial.

O local onde hoje se situa a sede de São Cristóvão, estima-se que já foi alterado por duas vezes. Quarta cidade mais antiga do país e primeira capital da então Capitania de Sergipe del Rey, ela foi fundada pelos colonizadores portugueses em 1590, então com o objetivo de ocupar o litoral nordeste e fazer uma ponte de comunicação terrestre entre dois importantes centros da época: Salvador e Olinda (NUNES, 1989: p. 26).

Segundo Maria Thetis Nunes, durante a União Ibérica, coube a Cristóvão de Barros a conquista lusa de um território que se encontrava ocupado por indígenas. Em Sergipe, ocorreu um verdadeiro massacre após a chegada dos portugueses, resultando em mais de 2000 índios mortos e 4000 prisioneiros. A cidade de São Cristóvão foi fundada por Cristóvão de Barros para consolidar esta conquista, primeiro perto da foz do rio Sergipe e, quatro anos depois, em uma elevação situada entre a barra do rio Poxim e o litoral. Foi somente em 1607 que a cidade

¹⁴ http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf

¹⁵ http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf

se transferiu para a sede atual, na enseada do rio Vaza Barris, na confluência com o rio Paramopama.

A localidade era freguesia de Nossa Senhora da Vitória, pertencente ao bispado da Bahia. Na época, a sua estrutura administrativa contava com um ouvidor e provedor mor e funcionários como almoxarifes e escrivães, além de uma Câmara Municipal. Os moradores eram formados principalmente por grandes latifundiários baianos, especialmente ligados a atividade pastoril, conforme nos conta o Livro que dá razão ao estado do Brasil, datado de 1612: “Esta capitania é muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e Bahia e para os quais vai muito gado, assim para comer, como para serviço, criam-se nestes pastos muitos bois, éguas, e bons cavalos, que do Brasil são os melhores.”¹⁶

Neste mesmo livro de autoria do sargento mor Diogo Moreno, afirma-se que a capitania era "pouco populosa", sendo que existia na época cerca de “200 moradores brancos separados uns dos outros”. Com a chegada dos holandeses no Brasil na década de 1620, a capitania de Sergipe começou a ser cobiçada por sua localização estratégica entre Pernambuco, dominada por Maurício de Nassau em 1637, e a Bahia. O cenário da época, relatado por militares, se encontra a seguir:

“A 31 chegou Bagnuolo a cidade de Sergipe de El-rei, a 25 léguas do rio São Francisco. Esta povoação, com o nome de São Cristovão, dista do mar cinco léguas, em altura de 11 graus, e um terço equinocial para o sul, sem porto a não ser de um rio (por onde se comunica) chamado incorretamente Seregipe sendo seu verdadeiro nome Serigip. Está numa planície e tem tanto de circuito como uma praça; não chega a 500 fogos. Uma igreja matriz e um convento do Carmo com poucos religiosos; e uma casa da misericórdia, num monte próximo, uma ermida de São Gonçalo.”¹⁷

A população de São Cristóvão, conforme descrita acima, com medo da ofensiva holandesa e dispondo de poucos homens, se decidiu pela tática de terra arrasada, incendiando as poucas construções do local. Quando os holandeses chegaram, completaram a destruição tendo por fim “tornar esta capitania limítrofe de Sergipe, imprestável para as operações militares por parte do inimigo”¹⁸.

Os holandeses então construíram fortes no baixo São Francisco, entre os rios Real e Vaza Barris, e mantiveram a região como fornecedora de gado, mas não ocuparam o espaço

¹⁶ MORENO, Sargento mor Diogo apud NUNES, 1989: p. 31

¹⁷ COELHO, Duarte de Albuquerque apud NUNES, 1989, p. 90

¹⁸ NUNES, 1989, p. 77

devido aos altos custos para reerguer o local. Com a presença quase nula dos holandeses na capitania, na década de 1640, eles foram expulsos e Portugal se reapropriou do espaço. São Cristóvão continuou sendo ocupada na base da economia agropecuária e através da doação de sesmarias, constituindo assim, uma sociedade rústica e pouco hierarquizada, com pequeno número de escravos e com presença de brancos pobres, peões e aventureiros.

A religiosidade católica foi um elemento muito presente na formação deste território. Para a padroeira, Nossa Senhora da Vitória, foi erguida uma Igreja Matriz em 1608, reformada posteriormente diversas vezes. As ordens Franciscana e Carmelita também se estabeleceram no local, onde ergueram complexos arquitetônicos que conjugavam o espaço de claustro com locais de culto em diversos pontos da cidade.

Durante o século XVIII, o local se desenvolveu a partir do cultivo do fumo, da cana de açúcar e do algodão e, em 1855, deixou o posto de capital do estado de Sergipe para Aracaju, gerando um processo de despovoamento crescente e de crise econômica. Esta situação começou a se reverter no início do século XX, com a instalação de fábricas têxteis e com o advento da linha férrea, que trouxe dinamicidade ao local.

O processo de patrimonialização da cidade teve início em 1938, quando São Cristóvão foi reconhecida pelo governo do estado de Sergipe como Monumento Histórico pelo decreto-lei número 94, de 22 de Junho de 1938. Já em 1941, o recém-criado Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) realizou os tombamentos de alguns edifícios isolados na cidade, a saber a Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a capela rural dedicada a Nossa Senhora da Conceição, situada em conjunto com o Engenho Poxim, o Convento e Igreja do Carmo, Igreja e Casa da Misericórdia, Convento e Igreja de Santa Cruz e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo. No ano seguinte, seguiram-se os tombamentos de três sobrados na cidade e, em 1962, da Igreja de Nossa Senhora do Amparo.

Estas medidas de proteção se inseriam dentro de uma política preservacionista instituída no então governo getulista do Estado Novo, que a partir de critérios de excepcionalidade e de valores históricos centrados no enaltecimento de um passado colonial e do legado arquitetônico da dominação católica-portuguesa, visavam criar um *corpus* patrimonial do Estado Nação Brasileiro, ainda em construção. Na época, os tombamentos se aplicavam

muitas vezes a imóveis em estado de ruínas e, geralmente, não eram acompanhados de um processo de pesquisa e documentação do bem.

Na década de 1960, o então Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, considerando os novos parâmetros da UNESCO que visavam incentivar o Turismo Cultural e o alinhamento das políticas de preservação do patrimônio cultural ao planejamento urbano, deu início a uma série de tombamentos de conjuntos urbanos e paisagísticos, dentre os quais, estava o conjunto arquitetônico de São Cristóvão, reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil em 1967. Da mesma forma que os processos anteriores, o tombamento em questão não gerou um planejamento de pesquisa e documentação, fato que só foi devidamente corrigido em 2010, quando o IPHAN promoveu a rerratificação do tombamento do conjunto urbano, arquitetônico e urbanístico de São Cristóvão, instituindo somente nesta época, o perímetro de proteção do bem. Nota-se também que, até os dias atuais, ainda não foi construída uma normativa que embase com critérios objetivos as ações de fiscalização do bem tombado.

Em 2010, a Praça São Francisco, situada dentro do conjunto urbano de São Cristóvão tombado pelo Iphan, recebeu o título de patrimônio mundial pela UNESCO. O argumento utilizado na proposta de candidatura e que consta no dossiê entregue ao Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), é de que a Praça de São Francisco teria sido construída entre os séculos XVI e XVII, durante o período da União Ibérica, e que deste modo conjuga influências urbanísticas das coroas hispânica e portuguesa, sendo considerada o único exemplar no Brasil com influência das Ordenações Filipinas, devido a sua configuração e disposição singular em relação ao convento franciscano.

Segundo dados do IBGE, atualmente a cidade possui cerca de 86 mil habitantes ocupando uma área de 438 km². Destes, cerca de 12.000 moram na área rural, conforme consulta ao Censo de 2010. Há cerca de 40 anos atrás, na década de 1980, o IBGE registrou uma população de 12.431 habitantes na zona rural, e 11.703 na zona urbana. O aumento exponencial da população na zona urbana deve-se muito ao transbordamento da população de Aracaju, deslocada através de políticas de habitação para os bairros de São Cristóvão. A cidade, que se situa 26 km distante da capital, se desenvolveu a partir de duas zonas urbanas, sendo uma ligada ao centro histórico, e outra mais próxima de Aracaju, que envolve os conjuntos Eduardo Gomes, Luiz Alves e Rosa Elze. Nem sempre, porém, os equipamentos urbanos estão presentes em ambas as zonas.

Diversas unidades de ensino estão instaladas em seu território. Em base de dados do IBGE de 2015, a cidade possui 44 escolas de nível pré-escolar (sendo 15 privadas e 29 municipais, englobando 2.261 matrículas), 68 escolas de nível fundamental (sendo 14 particulares, 17 estaduais, 1 federal e 36 municipais, com um total de 11.478 matrículas) e 9 escolas de ensino médio (sendo 2 privadas, 5 estaduais e 2 federais, englobando 2.417 matrículas). Destaca-se, porém, no município, a presença do Campus da Universidade Federal de Sergipe, instalado desde 1980, no bairro Rosa Elze.

São muitos os problemas sociais no município, cuja incidência de pobreza chega a cerca de 60% da população, segundo dados do IBGE. Apesar do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal apresentar taxas crescentes [1991 = 0,403/ 2000 = 0,529 e em 2010 = 0,662], é grande a quantidade dos problemas que afetam a população local, como a falta de recursos financeiros, a precariedade de habitação e a falta de acesso a serviços básicos.

Apesar de estar na microrregião de Aracaju, que apresenta o maior índice de riqueza do estado, a cidade de São Cristóvão é frágil economicamente. Com um PIB calculado em R\$ 726.356,00 (2013), as principais atividades no município são a agricultura, a indústria da pesca e a pecuária. O setor terciário emprega a maior parte da população, sendo responsável por cerca de 70% da economia local. A falta de opções de trabalho e de um pólo produtivo em São Cristóvão reflete também o cenário estadual que, de modo geral, possui pouca capacidade de atrair investidores privados. O transporte para a capital se dá de modo precário, apresentando a opção de alguns micro-ônibus que se deslocam para o terminal rodoviário central, apenas durante o dia, e alguns ônibus de linha que se ligam aos terminais de Aracaju.

O grande desafio atualmente é enfrentar as dificuldades estabelecidas no município e, através da ação compartilhada entre os diversos entes, realizar ações planejadas com vistas ao desenvolvimento urbano e social de São Cristóvão.

4 APONTAMENTOS PARA UMA NOVA GESTÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO

A Casa do Iphan em São Cristóvão funciona em um sobrado da Praça São Francisco, construído entre o final do século XVIII e o início do século XIX, quando pertencia ao Tenente Coronel Francisco Xavier de Oliveira Sobral. O imóvel, tombado individualmente

pelo IPHAN, foi adquirido pelo órgão em 2004. Entre os anos de 2005 e 2006 recebeu obras de restauração e, em 2010 passou a funcionar diariamente no atendimento da população. O sobrado se encontra dividido da seguinte forma: no térreo possui um espaço multiuso de secretaria e exposição, uma biblioteca e arquivo, um espaço multiuso para exposições e oficinas, um Laboratório de Arqueologia Urbana gerido em convênio com a UFS, uma Reserva Técnica, um espaço com a exposição permanente de Arqueologia, e um jardim utilizado nos eventos. No segundo andar, funciona o escritório técnico, uma sala de reuniões, espaços multiuso, um depósito e a cozinha.

Além das ações de fiscalização do conjunto tombado, a Casa do Iphan em São Cristóvão promove ações educativas com a população e coordena a Comissão Gestora da Praça São Francisco, que une o poder público estadual e municipal, além de representantes de organizações e moradores, com o objetivo de gerir o bem reconhecido como Patrimônio Mundial.

A ausência de infraestrutura básica na cidade, junto a problemas como a constante falta de água, esgotamento deficiente, transporte inadequado, gera diversos questionamentos: como falar de patrimônio a cultura a uma população que não tem acesso a serviços básicos? O processo de reconhecimento dos bens não levou em conta os valores da população e agora como mobilizar estas pessoas?

Tendo em vista estes problemas, é preciso pensar uma atuação que encare a cidade como um complexo interligado e dinâmico, de modo que os bens reconhecidos como patrimônio cultural não sejam tratados de forma isolada e de modo que a política cultural se insira a outros campos da administração municipal, como infraestrutura, turismo e meio ambiente.

Outro ponto a ser destacado é a questão do uso e apropriação dos bens culturais pela população. Pensando que a política de preservação dos bens deve ocorrer de modo conjunto entre os poderes públicos e os moradores, é preciso dar vida aos espaços sem uso, criar um compromisso dos proprietários com a utilização dos imóveis e revitalizar os espaços públicos que mormente se encontram abandonados, muitas vezes por conta da violência crescente.

Pensando em uma atuação continuada e que congregue práticas institucionais, de identificação, documentação, proteção e difusão, propomos as seguintes ações, algumas já iniciadas, sempre visando à articulação com parceiros locais e o envolvimento da população. Ressalta-se a importância neste processo da atuação do Comitê Gestor da Praça São Francisco, instituído em 2014, e que reúne além do Iphan, representantes dos governos

estaduais e municipais, da sociedade civil e de organizações, e que no momento está elaborando um Plano de Gestão articulado entre todos os entes com vistas a preservação da Praça que é patrimônio mundial.

Ação	Parcerias	Status
NUCLEO INSTITUCIONAL		
Criar parcerias e programas de cooperação	Prefeitura Municipal Governo do Estado UFS Associações locais	Se encontra em andamento o Comitê Gestor da Praça São Francisco (CGPSF) e um acordo de Cooperação com o Departamento de Arqueologia da UFS.
Fortalecer o Sistema Municipal de Cultura	Prefeitura Municipal	Foram realizadas 4 conferências municipais, mas o Plano Municipal não foi finalizado, e o Conselho de Cultura não está em funcionamento.
Criação de mecanismos de recursos	Prefeitura Municipal Órgãos como BNDES, BID Empresários locais	O FUNPATRI (Fundo do Patrimônio Cultural de São Cristóvão) foi instituído em 2010 com o Programa Monumenta, com recursos advindos do Financiamento de Imóveis Privados e da prefeitura. Mas atualmente o Fundo e seu Conselho está inativo.
NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO		
Realizar o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), a fim de mapear as referências culturais locais a partir dos seguintes eixos: Celebrações/Ofícios/ Modos de Fazer/ Edificações/ Formas de expressão	UFS – Departamento de História UFS – Departamento de Ciências Sociais	Ainda não foi iniciado

Realização de mapeamentos culturais participativos, divididos por temas a serem definidos com a própria população.	UFS – Departamento de História UFS – Departamento de Ciências Sociais Prefeitura Municipal	Ainda não foi iniciado
Realizar oficinas de audiovisual com os moradores e documentar, de modo audiovisual, histórias da população, criando um banco de dados de entrevistas.	TV Aperipê Departamento de Audiovisual – UFS Núcleo de Produção Audiovisual Orlando Vieira (Funcaju)	Ainda não foi iniciado
Criar um centro de documentação, com acervo documental, bibliográfico, de imagens, vídeos e objetos sobre São Cristóvão	UFS – Departamento de Museologia	A casa do Iphan possui uma Biblioteca/Arquivo que pode ser incrementada com novos acervos – especificamente sobre a cultura local. Ressalta-se a necessidade de pessoal técnico adequado para atuar no local.
Criação de um grupo de estudos sobre a história da cidade	UFS	O Grupo de estudos Arqueologia do Mundo Atlântico funciona na Casa do Iphan desde 2016, em cooperação com o departamento de Arqueologia da UFS.
Mapeamento dos fazedores da culinária local	UFS UNIT - Gastronomia Sebrae	Ainda não foi iniciada
NUCLEO DE PROTEÇÃO		
Difundir os mecanismos de proteção para que a população realize os pedidos de proteção conforme o		Ação continuada do Iphan

entendimento de seus valores – realização de reuniões com diversos setores da população e formulação e entrega de cartilhas		
Criar uma política de valorização dos mestres na Legislação municipal.	Prefeitura Municipal	Esta ação está no planejamento das ações da Prefeitura
Criação de um escritório popular de arquitetura para serviço aos moradores do Núcleo Tombado	UFS – Departamento de Arquitetura – ação de extensão	Ainda não foi iniciado
Busca de benefícios para os moradores do Núcleo tombado, como a isenção do IPTU	Prefeitura Municipal	Ainda não foi iniciado
NÚCLEO DE FORMAÇÃO		
Realização de um edital de oficinas para ocupação na Casa, conforme demanda da população	Secult	Ainda não foi iniciado
Realização de oficinas com os professores sobre Educação Patrimonial	Prefeitura Municipal – Secretaria de Educação	Existe uma legislação que prevê uma carga horária semanal sobre o tema, mas que não está sendo posta em prática.
Capacitação dos guias de turismo local	Secretaria Estadual de Turismo EMSETUR Fundação Municipal de Cultura – Departamento de	Os guias locais não estão credenciados, mas normalmente se recusam a participar das atividades de capacitação. O Iphan já apoiou cursos de guia de turismo

	Turismo Agências de Turismo receptivo	
Criação de um projeto de turismo comunitário visando a melhoria da infraestrutura para os turistas e a participação ativa dos moradores	Secretaria Estadual de Turismo EMSETUR Fundação Municipal de Cultura – Departamento de Turismo Associações locais	Ações de planejamento já iniciadas
Capacitação dos agentes da Prefeitura – para atuação em conjunto na fiscalização.	Prefeitura Municipal	Foram realizadas reuniões para sensibilização dos agentes, mas com a troca da gestão em 2017, é preciso realizar um novo calendário.
Sensibilização do empresariado local	CDL	Ainda não foi iniciado
Realização de oficinas de ofícios e saberes tradicionais com os mestres e mestras da cidade	Fundação Municipal de Cultura/ Casa do Folclore	Ainda não foi iniciado
Realização de oficinas sobre conservação dos imóveis	UFS – departamento de Arquitetura	Ainda não foi iniciado
Realizar oficinas de audiovisual para documentação da cultura da cidade.	TV Aperipê Departamento de Audiovisual – UFS Núcleo de Produção Audiovisual Orlando Vieira (Funcaju)	Ainda não foi iniciado
Mapeamento dos espaços em uso da	Artistas plásticos locais	Ainda não foi iniciado

cidade e realização de ações de arte urbana para ocupação e mudança da sensibilização da população para com o ambiente urbano.	UFS – Departamento de Artes Visuais	
Mapeamento dos espaços em uso da cidade e realização de hortas urbanas	Ong's	Ainda não foi iniciado
Oficinas relacionadas a práticas e ofícios navais, incentivando a população que vive da pesca.	UFS - Arqueologia	Em 2015, foi realizada uma oficina de Modelismo Naval com um mestre local.
Oficinas para concorrência em editais – para busca de autonomia dos artistas locais	Secretaria Estadual de Cultura MINC – Regional	Ainda não foi iniciada
NÚCLEO DE DIFUSÃO		
Produção de um site com um mapa cultural colaborativo	Empresas de tecnologia	Ainda não foi iniciada
Realização de palestras e mesas redondas em convênio com o grupo de estudos da UFS	Museu de Arte Sacra – cessão do espaço	Em 2016, foram realizadas duas mesas redondas, uma sobre Gestão Cultural, e outra sobre Turismo Cultural.
Realização de eventos culturais no espaço urbano – como feiras culturais na Praça, convocando a própria	Prefeitura Municipal Associações Sebrae	Edições esparsas ocorreram nos anos anteriores, e existe o projeto para o início de uma feira mensal em 2017.

produção cultural		
Realização de um edital de exposições para ocupação na Casa, conforme demanda da população	Secult	Ainda não foi iniciado
Realização de uma exposição permanente sobre a história da cidade	UFS Acervos locais	Ainda não foi iniciado
Projeção de filmes nas fachadas dos edifícios – Projeto Cinema da Casa		Iniciado em 2016
Apoio a realização dos festivais de arte	UFS Secult Prefeitura Municipal	Projeto já iniciado
Distribuição de publicações sobre a história e a cultura da cidade – convênio com o grupo de estudos AMA	UFS	Projeto já iniciado

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo ciente das dificuldades a serem enfrentadas, a implementação de um plano dinâmico e eficiente, que conjugue as esferas governamentais estadual e municipal e representantes da população, é animador. É preciso estar atento e cobrar a atuação dos órgãos responsáveis pela infraestrutura da cidade e pensar em uma atuação continuada que encare a cidade como um complexo interligado em sintonia com os desejos dos moradores e visitantes, afinal o compromisso para a preservação é de todos.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Maria Cecília. Referências Culturais: bases para novas políticas de patrimônio. Revista Políticas Sociais, p. 112. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Os Limites do Patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane. (Orgs.). Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. 1ª ed. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 239-248. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/PatrimonioCultural.pdf>> Último acesso em: 22 dez.2014.

IPHAN. Educação Patrimonial: História, conceitos e processos. IPHAN: Brasília, 2014.

MENESES, Ulpiano. T. Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Brasília: Iphan, 2012, tomo 1, pp. 25-39.

NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I. Aracaju: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Sites:

Casas de Patrimônio. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502>. Acesso em 03/10/2016.

Constituição Federal Brasileira. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/legislacao/-/asset_publisher/siXI1QMnlPZ8/content/constituicao-federal/10937. Acesso em 03/10/2016

<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=280670>. Acesso em 02/09/2016.

IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 22/02/2017.